

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 7.

Nova lei do luto parental passa a vigorar em agosto de 2025

Casos recentes vividos pela cantora Lexa e pela apresentadora Tati Machado deram visibilidade a esse tema tão delicado: o luto parental. A realidade é que várias famílias brasileiras já enfrentaram essa dor sem o acolhimento adequado, em meio a estruturas hospitalares despreparadas para tratar tamanha fragilidade emocional. Mas esse contexto está prestes a mudar, pois entrará em vigor a Lei do Luto Parental (Lei nº 15.139/2025), a qual estabelece uma política nacional de atendimento digno e humanizado a pais e mães que passam por esse difícil momento.

A partir de agosto de 2025, a Lei nº 15.139/25 garantirá maior acolhimento, dignidade e respeito às famílias acometidas pela dor da perda gestacional, fetal ou neonatal.

Principais pontos da nova lei

Acomodação separada para mães enlutadas: as maternidades deverão garantir um espaço físico separado para as mães que perderam seus bebês, evitando o contato com outras puérperas e recém-nascidos. O objetivo é minimizar o sofrimento emocional e proporcionar um ambiente mais acolhedor e respeitoso.

Direito ao momento de despedida: o hospital providenciará local apropriado e um tempo suficiente para se despedir do bebê, com a presença de pessoas previamente autorizadas pelos pais.

Registro simbólico do bebê: os pais poderão registrar simbolicamente o nome escolhido para o bebê natimorto, além de solicitar itens como impressões digitais e plantares, fotos e outros elementos que preservem a memória da criança.

Acompanhante no parto, mesmo em caso de perda: a presença de um acompanhante durante o parto será garantida, inclusive nos casos de natimorto ou quando a perda for identificada no momento do parto.

Encaminhamento para apoio psicológico pós-alta: os profissionais de saúde encaminharão a família para acompanhamento psicológico contínuo, preferencialmente realizado em domicílio ou na unidade de saúde mais próxima da residência.

Investigação da causa da perda: a equipe médica realizará, sempre que possível, exames para investigar a causa da perda gestacional, fetal ou neonatal.

Apoio nos trâmites de sepultamento ou cremação: a assistência social dos hospitais prestará apoio às famílias nos procedimentos relacionados ao sepultamento ou cremação do bebê, considerando as crenças e necessidades da família.

Internet: <juridico.ai> (com adaptações).

QUESTÃO 1



No trecho “Mas esse contexto está prestes a mudar, pois entrará em vigor a Lei do Luto Parental (Lei nº 15.139/2025), que estabelece uma política nacional de atendimento digno e humanizado a pais e mães que passam por esse difícil momento.”, a oração “que passam por esse difícil momento” apresenta valor de

- (A) causa.
- (B) consequência.
- (C) condição.
- (D) explicação.
- (E) restrição.

QUESTÃO 2



No trecho intitulado “Principais pontos da nova lei”, além da divulgação de informações (função referencial da linguagem), percebe-se um viés que busca indicar ações que precisam ser realizadas a partir da nova norma (função conativa da linguagem). Nesse contexto, esse aspecto secundário admite caráter

- (A) injuntivo, pois indica o que deve ser feito conforme a nova lei.
- (B) descritivo, uma vez que caracteriza cada ponto debatido.
- (C) narrativo, porque relata as ações dentro de um espaço-tempo.
- (D) dissertativo, porquanto defende a tese do direito ao luto parental.
- (E) depreciativo, já que critica, sutilmente, as práticas anteriores à lei.

QUESTÃO 3



Considerando os trechos a seguir, assinale a opção na qual o elemento “que” configura função coesiva anafórica ao substituir um termo, evitando sua repetição na oração posterior.

- (A) O fato de a nova lei visar, primeiramente, ao amparo da parturiente não significa que a família seja excluída do apoio.
- (B) As instituições de saúde terão que promover a formação continuada de seus profissionais conforme a nova lei.
- (C) O trabalho com puérperas enlutadas é recompensador para funcionários que valorizam a empatia como condição promotora de saúde.
- (D) A nova lei não diz que ações, além de campanhas educativas, devem ser promovidas no mês de outubro (mês oficial de visibilidade do luto gestacional, neonatal e infantil).
- (E) Políticas públicas como essa são tão relevantes e urgentes, que se torna inadiável uma revolução na construção de um novo conceito de saúde.

QUESTÃO 4



No texto, termos como “neonatal” e “recém-nascidos” estão grafados, conforme a ortografia oficial, vigente desde 1º de janeiro de 2009. A partir dessa informação, assinale a opção em que todas as palavras estão corretamente redigidas.

- (A) A nova lei promete reverberar com influência aquém fronteiras, impactando outras nações.
- (B) No dia-a-dia, a nova lei também resguarda um tratamento empático e digno no pré-parto.
- (C) Como não houve requisição por meio de abaixo assinado, temeu-se que a medida admitisse apelo anti-social.
- (D) As gestantes relatam sofrer uma dor emocional sobre-humana no período pós-parto.
- (E) Deve-se evitar que um mal entendido com o paciente se torne um processo ético-profissional.

QUESTÃO 5



Assinale a opção em que são respeitados os princípios de concordância verbal.

- (A) Considerando as questões culturais, pode-se dizer que ainda faltam aos países subdesenvolvidos uma legislação mais clara e rígida acerca do luto parental.
- (B) Como se tratavam de questões familiares muito íntimas, sugeriu-se o estabelecimento de espaço físico e tempo reservado à reunião.
- (C) Com a atuação do tempo e o estabelecimento de forte rede de apoio, todas as dores haviam desaparecido, exceto as saudades lacerantes do filho.
- (D) Os devidos cuidados de acolhimento mantêm-se legalmente, após o retorno da parturiente internada ao seio familiar.
- (E) Já devem fazer uns 10 anos da última atualização acerca do conceito de saúde, englobando os aspectos físico e mental do indivíduo.

QUESTÃO 6



Assinale a opção correta em relação aos usos gramaticais referentes aos princípios de regência verbal.

- (A) Em geral, a opinião pública prefere muito mais a crítica imediata do que o debate organizado e limpo sobre saúde.
- (B) A recorrente passividade popular acarreta em inércia governamental e, conseqüentemente, em insatisfação coletiva.
- (C) Está na hora da opinião pública se conscientizar de sua cidadania e parar de desobedecer os termos de conduta hospitalar.
- (D) O acusado de negligência médica disse que apenas visava o cargo de chefia, mas que não sabotara o processo seletivo.
- (E) Apenas assistir às manifestações públicas de repúdio ao descaso com a saúde não basta para se alcançar mudança efetiva no quadro.

QUESTÃO 7



Considerando o período “O medo da perda de um filho se deve ao desespero antecipado de dor e, também, às sensações de frustração, de desalento, de sofrimento individual e coletivo, dos amigos, da família, daqueles com os quais se convive.”, é correto afirmar que o emprego da crase em “às sensações” está diretamente relacionado à participação

- (A) nominal do substantivo “medo”, que estabelece complemento com preposição “a”, combinado com pronome demonstrativo.
- (B) da forma verbal “deve-se”, que requer preposição “a”, somando-se ao artigo definido feminino plural.
- (C) da locução adjetiva “de frustração”, que subordina um termo regido por preposição, fomentando a contração com o artigo definido.
- (D) da forma verbal “convive”, que pede complemento indireto introduzido, de forma pleonástica, pela preposição “com”.
- (E) do substantivo “desespero”, que estabelece preposição “de” como exigência de sentido, com reforço estilístico.

Texto para as questões 8 e 9.

No túmulo dum menino

Um anjo dorme aqui; na aurora apenas,
Disse adeus ao brilhar das açucenas'
Sem ter da vida alevantado o véu

– Rosa tocada do cruel granizo –
Cedo finou-se e no infantil sorriso
Passou do berço pra brincar no céu!

Casimiro de Abreu

QUESTÃO 8



No texto, as metáforas empregadas

- (A) hiperbolizam o sofrimento de gestantes de natimortos.
- (B) generalizam o padecimento de diferentes famílias.
- (C) personificam a dor materna individual e intransferível.
- (D) abordam, de maneira eufemística, a morte de uma criança.
- (E) ilustram, de modo denotativo, o luto vivido por puerperas.

QUESTÃO 9



Assinale a opção correta a respeito do texto.

- (A) As imagens de inocência e fragilidade são evidenciadas por expressões como “açucena” e “rosa”.
- (B) O poema é estruturado em linguagem rebuscada, pensada para externar a dificuldade da dor do luto.
- (C) Os vocábulos “anjo” e “rosa” referem-se à criança, configurando o contexto camparesco admitido pelo autor.
- (D) Os termos “aurora” e “granizo” dizem respeito à morte e encerram o viés saudosista do poema.
- (E) Palavras como “cedo” e “aurora” não remetem, necessariamente, à relação de tempo, mas à de causalidade.

QUESTÃO 10



Em um hospital que emprega 60 médicos, 15 não são cardiologistas nem pediatras, 33 são cardiologistas e 18 são pediatras.

Com base nessa situação hipotética e sabendo-se que, entre os profissionais, há alguns que são cardiologistas e pediatras, o total de pediatras que não são cardiologistas é igual a

- (A) 6.
- (B) 9.
- (C) 12.
- (D) 15.
- (E) 45.

QUESTÃO 11



Carlos é médico e Clara é enfermeira. No hospital em que trabalham, existem mais médicos e também mais enfermeiras. O número de médicos, excetuando-se Carlos, é igual ao número de enfermeiras. O número de enfermeiras, excetuando Clara, é igual à metade do número de médicos.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o número total de médicos e de enfermeiras nesse hospital é igual a

- (A) 6.
- (B) 7.
- (C) 8.
- (D) 9.
- (E) 10.

QUESTÃO 12



Dois indivíduos, Elias e Davi, vão jogar cara ou coroa com uma moeda honesta. Eles combinam lançar a moeda 5 vezes e ganharia o jogo aquele que ganhar em 3 ou mais lançamentos. Cada um apostou R\$ 56,00. Feitos os 2 primeiros lançamentos, em ambos dos quais Elias vence, eles resolveram encerrar o jogo.

Considerando essa situação hipotética, partindo do ponto de vista probabilístico, assinale a opção que apresenta a maneira como a repartição dos R\$ 112,00 deve ser feita.

- (A) metade para cada um
- (B) R\$ 78,40 para Elias e R\$ 33,60 para Davi
- (C) R\$ 84,00 para Elias e R\$ 28,00 para Davi
- (D) R\$ 98,00 para Elias e R\$ 14,00 para Davi
- (E) tudo para Elias

QUESTÃO 13



Existem 4 estradas que unem as cidades de Anápolis e Goiânia, e 5 estradas que unem as cidades Goiânia e Ceres. Há, também, 2 estradas que unem Anápolis e Ceres, não passando por Goiânia.

Com base nessa situação hipotética, ao utilizar essas estradas, o número de viagens possíveis, partindo de Anápolis, passando por Ceres e voltando para Anápolis é igual a

- (A) 22.
- (B) 40.
- (C) 44.
- (D) 484.
- (E) 968.

QUESTÃO 14



Um médico tem 10 litros de álcool. Ele retira 2 litros e os substitui por água. Em seguida, retira 2 litros da mistura e os substitui por água novamente.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, após efetuar essa operação por 3 vezes, a quantidade de álcool que vai restar na mistura será de

- (A) 5,12 litros de álcool.
- (B) 4,12 litros de álcool.
- (C) 3,12 litros de álcool.
- (D) 2,12 litros de álcool.
- (E) 1,12 litros de álcool.

QUESTÃO 15



Uma clínica médica aplicou um capital a juros simples à taxa de 48% a.a.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, para resgatar o triplo da quantia que aplicou, esse capital deverá ficar aplicado por um período de

- (A) 5 meses.
- (B) 20 meses.
- (C) 25 meses.
- (D) 40 meses.
- (E) 50 meses.

QUESTÃO 16



Cinco candidatos A, B, C, D e E estavam disputando uma única vaga de emprego em um hospital público e fizeram provas de atualidades, biologia, matemática, português, química e redação. As notas obtidas por eles estão apresentadas na tabela a seguir.

CANDIDATO	ATUALIDADES	BIOLOGIA	MATEMÁTICA	PORTUGUÊS	QUÍMICA	REDAÇÃO
A	80	75	70	83	70	80
B	90	55	75	77	80	70
C	66	87	65	88	67	90
D	80	73	77	70	76	84
E	76	70	67	80	75	86

O candidato aprovado será aquele para o qual a mediana das notas obtidas por ele nas quatro disciplinas for a maior.

Com base nessa situação hipotética e nos dados informados, é correto afirmar que o aprovado será o candidato

- (A) A.
- (B) B.
- (C) C.
- (D) D.
- (E) E.

QUESTÃO 17



João e Maria são médicos, casados, moram juntos na mesma casa e trabalham no mesmo hospital, porém em turnos diferentes. João saiu de casa às 6h e chegou ao hospital às 10h, ao passo que Maria saiu do hospital às 8h e chegou a sua casa às 10h. Ambos, nesse percurso de ida e volta para o trabalho, percorreram a mesma estrada.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que, se as velocidades desses veículos se mantiveram constantes durante todo do percurso, ambos os médicos passaram um pelo outro às

- (A) 8 horas e 20 minutos.
- (B) 8 horas e 30 minutos.
- (C) 8 horas e 40 minutos.
- (D) 8 horas e 50 minutos.
- (E) 8 horas e 55 minutos.

QUESTÃO 18



Carlos, Joaquim e Tadeu são técnicos de laboratório, têm idades diferentes e praticam modalidades esportivas diferentes entre futebol, tênis e basquete. Carlos tem 27 anos e não pratica tênis. Joaquim não pratica basquete e tem 29 anos. Quem pratica futebol tem 28 anos.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) Tadeu pratica tênis.
- (B) Carlos pratica basquete.
- (C) Carlos pratica futebol.
- (D) Joaquim pratica futebol.
- (E) Tadeu pratica basquete.

QUESTÃO 19



As normas éticas não envolvem apenas um juízo de valor a respeito dos comportamentos humanos, mas culminam na escolha de uma diretriz considerada obrigatória numa coletividade, expressão de um processo complexo de opções valorativas, que condiciona o poder que decide.

REALE Jr., Miguel. (Com adaptações).

Considerando as regras deontológicas da ética profissional do serviço público, assinale a opção correta.

- (A) O elemento ético não é relevante na conduta de agente público, que deve priorizar a conduta legal apenas.
- (B) A função pública é um exercício profissional e, portanto, não se integra na vida particular de cada servidor público.
- (C) O servidor não pode omitir ou falsear a verdade, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.
- (D) Toda ausência do servidor do seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas.
- (E) A negativa à publicidade dos atos é inadmitida na conduta do servidor, não se admitindo que a legislação autorize sigilo com fundamento em interesse superior do Estado.

QUESTÃO 20



Em relação à improbidade administrativa e à sua regulamentação pela legislação, expressa na Lei nº 8.429/1992, assinale a opção correta.

- (A) A Lei de Improbidade Administrativa não admite sanções contra particulares que não se enquadrem no conceito de agente público.
- (B) Há legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa.
- (C) Aplicam-se ao sistema da improbidade administrativa os princípios constitucionais do direito penal.
- (D) Admite-se, como regra, a aplicação das sanções expressas na Lei nº 8.429/1992 diante de atos culposos que causem prejuízo ao erário.
- (E) Constitui ato de improbidade administrativa negar publicidade aos atos oficiais classificados como sigilosos.

QUESTÃO 21



A transparência na Administração Pública é um desdobramento direto do princípio constitucional da publicidade, que exige a divulgação ampla dos atos oficiais. Considerando essa informação e o conceito de transparência ativa, assinale a opção correta.

- (A) É dever dos órgãos e das entidades promover a divulgação em seus sites na Internet de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas, desde que isso seja autorizada pelos órgãos de controle.
- (B) Deverão ser divulgadas, no respectivo site, licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, mas não os contratos firmados e as notas de empenho já emitidas.
- (C) No site a que alude as regras de transparência ativa, não se admite o redirecionamento de página na Internet, quando as informações estiverem disponíveis em outros sites governamentais, devendo o site reproduzi-lo no seu próprio domínio e em seção específica.
- (D) Em relação aos requerimentos em sites dos órgãos da Administração Pública, estes devem conter apenas canais para pedido de acesso à informação, como telefone ou e-mail, sem a necessidade de formulários para requerimentos.
- (E) Deverão ser divulgadas no site, em seção específica, a remuneração e o subsídio recebidos por ocupante de cargo, posto, graduação, função e emprego público.

QUESTÃO 22



Um médico ingressou no site do CRM-ES e preencheu um formulário específico requerendo informações sobre a remuneração dos servidores do CRM-ES, que não estavam disponíveis no site da referida autarquia.

Com base nessa situação hipotética e considerando o requerimento realizado, assinale a opção correta.

- (A) O médico possui direito a receber as informações de remunerações, mas não possui o direito de receber informações sobre ajudas de custo concedidas aos servidores.
- (B) Constatada a negligência de servidor público em manter o site da autarquia atualizado em relação às remunerações, a situação deverá ser encaminhada ao Ministério Público para propositura de ação de improbidade administrativa.
- (C) As informações relativas à saúde dos servidores do CRM-ES só poderão ser tratadas de modo excepcional, nas hipóteses definidas em lei, já que são dados pessoais sensíveis, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- (D) Recebido o pedido do médico pela autarquia, o prazo para resposta será de 48 horas, improrrogáveis.
- (E) O CRM-ES poderá exigir do médico o pagamento de taxa para a disponibilização da informação.

QUESTÃO 23



Um servidor do CRM-ES, lotado no setor de tecnologia, fez download dos dados de nome, telefone, endereço e e-mail de médicos inscritos no referido Conselho e, ainda, fez cópias dos atestados médicos protocolados e digitalizados nos sistemas de gestão de pessoas da autarquia, vendendo-os a empresas que aplicam golpes na Internet, o que causou graves prejuízos à Administração Pública.

Com base nessa situação hipotética e à luz dos deveres, dos conceitos e dos procedimentos estabelecidos na legislação, assinale a opção correta.

- (A) A conduta do servidor é vedada pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, mas não pela Lei de Improbidade Administrativa.
- (B) De acordo com os conceitos estabelecidos pela LGPD, os dados relativos aos atestados médicos dos servidores são dados pessoais.
- (C) Caso o servidor tivesse o dever profissional de cumprimento de obrigação legal ou regulatória, poderia tratar os dados relativos à saúde dos servidores do Conselho, desde que com consentimento expresso dos titulares dos dados.
- (D) O servidor poderá responder ação de improbidade administrativa, já que a sua conduta está tipificada em lei.
- (E) O CRM-ES não tem o dever legal de reportar o fato às autoridades ou aos titulares dos dados, devendo tomar apenas medidas internas para sancionar o servidor.

QUESTÃO 24

Em relação aos conceitos e aos procedimentos estabelecidos na Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a opção correta.

- (A) A referida Lei não se aplica ao Poder Judiciário da União.
- (B) O processo administrativo somente pode iniciar-se de ofício.
- (C) A edição de atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (D) O indeferimento de alegação de suspeição não admite o manejo de recurso administrativo.
- (E) Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

QUESTÃO 25

Em relação aos conceitos e procedimentos estabelecidos no Regimento Interno do CRM-ES, assinale a opção correta.

- (A) Ao tribunal regional de ética cabe julgar transgressões de natureza ética praticadas no exercício da profissão, por médico nele inscrito.
- (B) A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo (CRM-ES) será exercida em caráter superior pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo.
- (C) As reuniões para julgamento de processos disciplinares serão realizadas nas câmaras ou no pleno, com a presença da totalidade dos seus membros.
- (D) Não é necessário que o profissional, no exercício das suas atividades, utilize a sigla do CRM-ES, seguida do número da respectiva carteira, quando figure apenas como responsável técnico.
- (E) Nas sessões de julgamento do pleno e das câmaras, será permitida a presença da imprensa.

**RASCUNHO**

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** referem-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 26

No gerenciador de arquivos do Windows (Explorer), um funcionário pretende selecionar vários arquivos não consecutivos em uma mesma pasta.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o procedimento correto para isso.

- (A) Usar **Alt** + clique em cada arquivo desejado, para selecionar individualmente vários itens.
- (B) Clicar no primeiro arquivo, depois segurar **Shift** e clicar no último – isso seleciona apenas os não adjacentes.
- (C) Manter a tecla **Ctrl** pressionada enquanto clica em cada um dos arquivos desejados.
- (D) Clicar com o botão direito em cada arquivo enquanto mantém a tecla **Ctrl** pressionada.
- (E) Ativar o modo “seleção múltipla” do Windows e arrastar o *mouse* sobre os itens desejados, pois o Explorer não permite múltipla seleção via teclado.

QUESTÃO 27

A respeito do *backup* em nuvem, assinale a opção correta.

- (A) Significa apenas sincronizar dados entre pastas locais, sem envio a servidores externos.
- (B) Consiste em manter cópias de segurança dos dados em servidores remotos (*datacenters* na nuvem), o que protege as informações contra perdas locais e as deixa acessíveis de qualquer lugar via Internet.
- (C) No *backup* em nuvem, os dados saem do controle do usuário e não podem ser criptografados.
- (D) *Backups* em nuvem não permitem agendamento automático, pois devem ser iniciados manualmente pelo usuário a cada vez.
- (E) O uso de *backup* em nuvem elimina completamente a necessidade de *backups* locais, independentemente do cenário.

QUESTÃO 28

Acerca do Google Workspace, assinale a opção correta, em relação ao serviço Gmail.

- (A) O Gmail organiza mensagens por meio de marcadores (*labels*) em vez de pastas tradicionais, o que permite atribuir múltiplos marcadores a um mesmo *e-mail*.
- (B) O Gmail não possui filtro *anti-spam* integrado, sendo necessário instalar ferramentas de terceiros para filtrar lixo eletrônico.
- (C) Para usar o Gmail, é obrigatório instalar um cliente de *e-mail* específico no computador, pois não há interface *web* disponível.
- (D) O espaço de armazenamento oferecido pelo Gmail não é compartilhado com o Google Drive e com o Google Fotos.
- (E) O Gmail impede o uso de filtros ou regras para a organização automática de mensagens, visto que todo gerenciamento deve ser manual pelo usuário.

QUESTÃO 29

A respeito do uso do cliente de *e-mail* Microsoft Outlook em comparação aos serviços de *webmail* (por exemplo, Gmail e Outlook.com), assinale a opção correta.

- (A) No Microsoft Outlook, não é possível configurar filtros ou regras de mensagens, já que esse recurso é presente apenas em *webmails*.
- (B) Diferentemente dos *webmails*, o Outlook não suporta anexos de arquivos nas mensagens.
- (C) Uma vantagem do *webmail* sobre o Outlook é que o *webmail* pode ser utilizado sem conexão nenhuma com a Internet.
- (D) Microsoft Outlook atual não consegue acessar contas de *webmail* como Gmail, pois são incompatíveis com IMAP/POP.
- (E) O Outlook (como cliente) é um *software* instalado que gerencia múltiplas contas e permite acesso aos *e-mails* mesmo *offline*, ao passo que um *webmail* é acessado via navegador, requer conexão à Internet para uso e armazena as mensagens no servidor do provedor.

QUESTÃO 30

Ao realizar *backups* de dados, é comum que se empreguem diferentes estratégias para equilibrar o tempo de *backup*, o espaço de armazenamento e a facilidade de restauração. A partir dessa informação e considerando a diferença entre *backup* incremental e *backup* diferencial, assinale a opção correta.

- (A) No *backup* incremental, copiam-se todos os dados a cada execução, enquanto no *backup* diferencial copiam-se somente os dados novos ou alterados desde o último *backup* completo.
- (B) O *backup* diferencial copia apenas os dados modificados desde o último *backup* incremental realizado, acumulando as diferenças de cada dia separadamente.
- (C) Um *backup* incremental isolado, sem *backup* completo anterior, é suficiente para restaurar todo o sistema, pois ele contém todos os dados necessários.
- (D) A restauração a partir de uma cadeia de *backups* incrementais é mais rápida e simples do que a restauração a partir de um *backup* diferencial único.
- (E) O *backup* incremental copia apenas os arquivos alterados desde o último *backup* realizado (seja ele completo ou incremental), enquanto o *backup* diferencial copia os arquivos alterados desde o último *backup* completo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31



Durante a supervisão do Conselho Regional de Medicina (CRM), um estabelecimento de assistência médica não apresentou as condições mínimas exigidas para o seu funcionamento.

Com base nessa situação hipotética e considerando a interdição ética – total ou parcial – do exercício ético-profissional do trabalho dos médicos, assinale a opção correta.

- (A) A interdição será definida como parcial quando impedir o trabalho em todos os setores de um determinado estabelecimento de assistência médica e(ou) hospitalização.
- (B) A interdição será definida como total quando impedir o trabalho em um ou mais setores de um determinado estabelecimento de assistência médica e(ou) hospitalização.
- (C) O auto de interdição é o documento que oficializa e torna pública a decisão do CRM de revogar a interdição, devendo, também, ser afixado no mesmo local onde anteriormente estava o auto de interdição, por até sete dias.
- (D) A interdição tem alcance restrito ao trabalho do médico, não alcançando os demais profissionais da equipe de saúde.
- (E) O auto de desinterdição é o documento que oficializa e torna pública a decisão do CRM, devendo ser afixado em local visível até a revogação da decisão.

QUESTÃO 32



Quanto à fiscalização do exercício do médico e aos organismos de prestação de serviços médicos pelo CRM, assinale a opção correta.

- (A) Para exercer as atribuições de sua função, o médico fiscal deverá atuar de forma sigilosa, sem a necessidade de identificação funcional.
- (B) O médico fiscal deve verificar se os médicos em atividade estão quites com o pagamento das anuidades.
- (C) O médico fiscal deve verificar se os organismos de assistência médica estão devidamente regularizados nos órgãos competentes, inclusive nos Conselhos Regionais.
- (D) O médico fiscal deve manter sigilo absoluto em relação às irregularidades encontradas e denunciar ao CRM caso não sejam corrigidas dentro dos prazos.
- (E) O médico fiscal deverá fazer um relatório de vistoria para cada irregularidade porventura encontrada.

QUESTÃO 33



A Resolução RDC Anvisa nº 36/2013 institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências. Considerando essa informação, assinale a opção correta, em relação à referida Resolução.

- (A) O corpo clínico médico deve organizar e conduzir o núcleo de segurança do paciente (NSP) e nomear a sua composição, conferindo aos membros autoridade, responsabilidade e poder para executar as ações do Plano de Segurança do Paciente em Serviços de Saúde (PSP).
- (B) A notificação dos eventos adversos, para fins dessa Resolução, deve ser realizada mensalmente pelo NSP, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao mês de vigilância, por meio das ferramentas eletrônicas disponibilizadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- (C) O PSP deve ser elaborado pela gestão administrativa, desenvolvendo estratégias e ações de gestão de risco, conforme as atividades desenvolvidas pelo serviço de saúde.
- (D) Essa Resolução se aplica aos serviços de saúde – sejam eles públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares – excluindo aqueles que exercem ações de ensino e pesquisa.
- (E) Os serviços públicos ambulatoriais estão dispensados da implantação e constituição de um NSP, por decisão do gestor local do Sistema Único de Saúde (SUS).

QUESTÃO 34



A Lei Federal nº 9.431/1997 dispõe a respeito da obrigatoriedade da manutenção de programas de controle de infecções hospitalares pelos hospitais do País. Essa Lei estabelece que todos os hospitais devem implementar e manter um Programa de Controle de Infecção Hospitalar (PCIH). Com base nessa informação, assinale a opção correta, a respeito dessa Lei.

- (A) Os hospitais com mais de 90 leitos são obrigados a manter um programa para controlar as infecções hospitalares.
- (B) Os hospitais devem constituir uma CCIH para definir diretrizes, aprovar o programa anual e avaliar o programa de controle de infecções.
- (C) O programa visa reduzir a reinternação hospitalar por infecções, garantindo a segurança do paciente.
- (D) Define infecção hospitalar como aquela adquirida após o segundo dia de internação hospitalar.
- (E) A implementação eficaz do PCIH contribui principalmente para a redução dos custos financeiros dos serviços de saúde.

QUESTÃO 35

O Conselho Federal de Medicina organizou um fórum de debates sobre fontes de renda para os Conselhos Regionais de Medicina, no qual se discutiu a Lei Federal nº 3.268/57.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- (A) As subvenções oficiais são consideradas rendas dos Conselhos.
- (B) Os Conselhos não podem receber doações.
- (C) É revertida para os Conselhos apenas 2/3 (dois terços) da taxa de expedição de carteiras profissionais.
- (D) Os Conselhos não podem receber legados.
- (E) Os Conselhos não podem receber emendas parlamentares.

QUESTÃO 36

Igor trabalha no setor de fiscalização do Conselho Regional de Medicina (CRM) e recebeu uma denúncia de infração ética por parte de um médico.

Com base nessa situação hipotética e de acordo com o Código de Processo Ético-Profissional (CPEP), aprovado pela Resolução CFM nº 2.217/2018, assinale a opção que apresenta o primeiro passo que deve ser seguido na condução de um processo ético-profissional.

- (A) enviar a denúncia diretamente ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para julgamento
- (B) emitir um laudo preliminar sobre a conduta do médico acusado
- (C) iniciar o processo com a suspensão imediata do médico denunciado
- (D) registrar a denúncia e notificar o médico para apresentação de defesa prévia
- (E) encerrar o processo em caso de denúncia anônima

QUESTÃO 37

De acordo com a Resolução CFM nº 2.056/2013, do CFM, assinale a opção correta.

- (A) Estabelece critérios para a autorização de funcionamento e critérios mínimos para o funcionamento de serviços médicos de qualquer natureza, incluindo consultórios, ambulatórios e hospitais.
- (B) Aprova as normas processuais que regulamentam as sindicâncias, processos ético-profissionais e o rito dos julgamentos nos Conselhos Federal e Regionais de Medicina.
- (C) Estabelece normas sobre a responsabilidade, as atribuições e os direitos de diretores técnicos, diretores clínicos e chefias de serviço em ambientes médicos.
- (D) Estabelece normas para a publicidade médica, buscando equilibrar a divulgação da atividade profissional com a ética e a proteção da privacidade do paciente.
- (E) Estabelece regras e padrões para atestados, relatórios, pareceres e laudos.

QUESTÃO 38

Considerando o Código de Ética Médica – Resolução CFM nº 2.217/2018 –, no capítulo II, que trata a respeito dos direitos do médico, é direito desse profissional

- (A) indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas cientificamente reconhecidas, mesmo que não respeitadas a legislação vigente.
- (B) recusar-se a exercer a sua profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar a própria saúde ou a do paciente, bem como a dos demais profissionais.
- (C) internar e assistir os seus pacientes em hospitais públicos com caráter filantrópico ou não, ainda que não faça parte do seu corpo clínico, respeitadas as normas técnicas aprovadas pelo CRM da pertinente jurisdição, não havendo esse direito em hospitais privados.
- (D) suspender as suas atividades, individualmente ou coletivamente, quando a instituição pública ou privada para a qual trabalhe não oferecer condições adequadas ao exercício profissional ou não o remunerar digna e justamente, mesmo nas situações de urgência e emergência, devendo comunicar imediatamente sua decisão ao CRM.
- (E) escolher para qual pessoa vai dedicar a sua capacidade profissional de acordo com religião, etnia, cor, sexo, orientação sexual, nacionalidade, idade, condição social, opinião política, deficiência ou de qualquer outra natureza.

QUESTÃO 39

No que se refere ao Código de Ética Médica, é correto afirmar que,

- (A) no capítulo I, determina-se que a disposição estatutária ou regimental da instituição em que o médico atua deverá ter papel decisivo na escolha do médico a respeito dos meios cientificamente reconhecidos a serem praticados para estabelecer o diagnóstico e executar o tratamento do paciente.
- (B) no capítulo X, afirma-se que é dever do médico utilizar formulários institucionais para atestar, prescrever e solicitar exames ou procedimentos fora da instituição na qual atua e à qual pertençam tais formulários.
- (C) no capítulo III, é indicado, como direito do médico, deixar de assumir a responsabilidade de qualquer ato profissional que tenha praticado ou indicado, quando for solicitado ou consentido pelo paciente ou pelo seu representante legal.
- (D) no capítulo II, é vedado ao médico recusar-se a exercer sua profissão em instituição pública ou privada onde as condições de trabalho não sejam dignas ou possam prejudicar a própria saúde ou a do paciente, bem como a dos demais profissionais.
- (E) no capítulo IX, é vedado ao médico fazer referência a casos clínicos identificáveis e exibir pacientes em anúncios profissionais ou em meios de comunicação em geral, mesmo com a autorização do paciente.

QUESTÃO 40



Considerando o Código de Ética Médica, as leis e as resoluções que regem a profissão da medicina no Brasil, é correto afirmar que é direito do médico

- (A) informar, via redes sociais, a sua graduação em medicina mediante exposição do diploma médico, sem a necessidade de informar o número de conselho ou a especialidade, quando houver.
- (B) incluir, em sua propaganda, o título de especialista, após cumprir programa de residência médica ou ser aprovado na prova de título, sendo excluído desse grupo os médicos que fizerem pós-graduação reconhecida pelo MEC.
- (C) apresentar ao público fotos de antes/depois de procedimentos únicos e exclusivos, que se baseiam em terapêuticas únicas, mesmo que ainda não regulamentadas, desde que haja bons resultados empíricos.
- (D) abrir e manter o seu consultório médico no interior de farmácias e óticas, desde que não faça concorrência desleal.
- (E) oportunizar, durante a consulta ou durante os procedimentos médicos, a venda de produtos cobrados juntamente com os seus honorários.

QUESTÃO 41



Durante a sindicância de um processo ético profissional acerca da perícia médica, é regra básica que o sigilo profissional

- (A) deve ser integralmente observado em qualquer circunstância, mesmo no laudo pericial e nas informações à justiça.
- (B) não precisa ser observado pelo advogado do periciado, conforme determina o código de processo civil.
- (C) não tem obrigatoriedade absoluta para o perito judicial, que tem o dever legal de prestar informações à justiça.
- (D) prevalece em relação ao periciando, que não pode ter acesso às conclusões após o ato pericial.
- (E) deve ser obrigatoriamente mantido até o final do processo judicial e liberado com a divulgação da sentença.

QUESTÃO 42



Considerando a ocupação hospitalar, assinale a opção que apresenta o indicador que mensura o tempo decorrido desde a definição médica de alta do paciente até a desocupação do leito.

- (A) tempo médio de rotatividade de leitos
- (B) taxa de admissões
- (C) taxa de ocupação de leitos
- (D) tempo médio de permanência
- (E) taxa de ocupação hospitalar

QUESTÃO 43



A Lei Federal nº 8.142/1990 dispõe a respeito da participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde. Com base nessa informação, é correto afirmar que essa Lei

- (A) determina que a participação da comunidade no SUS ocorre por meio das conferências de saúde, realizadas a cada quatro anos, e dos conselhos de saúde, que atuam de forma permanente na formulação e fiscalização das políticas de saúde.
- (B) estabelece que os recursos da saúde podem ser repassados aos municípios independentemente da existência de conselhos e conferências de saúde, desde que haja comprovação da necessidade financeira.
- (C) estabelece que a participação popular no SUS ocorre apenas por meio das conferências de saúde, que devem ser realizadas anualmente para avaliar e definir diretrizes para as políticas de saúde.
- (D) torna os conselhos de saúde nela previstos de caráter consultivo e determina que eles devem ser compostos exclusivamente de gestores e profissionais da saúde, sendo responsáveis por orientar tecnicamente as políticas do SUS.
- (E) possibilita a participação de usuários e trabalhadores nos conselhos de saúde, condicionada à nomeação direta pelo chefe do Poder Executivo, sem processo eletivo ou indicativo.

QUESTÃO 44



Gustavo é um médico recém-formado que decide iniciar atendimentos por via remota, utilizando os recursos disponíveis da telemedicina.

Com base nessa situação hipotética e na Resolução CFM nº 2.314/2022 do CFM, assinale a opção correta.

- (A) O atendimento presencial é o padrão-ouro para a assistência médica, e a telemedicina constitui-se em ato complementar.
- (B) Todas as informações do atendimento deverão ser registradas, obrigatoriamente, em prontuário eletrônico e deverão ter o seu sigilo salvaguardado pelo médico responsável pelo registro.
- (C) O médico tem o direito de interromper o atendimento remoto sempre que julgar necessária a consulta presencial. Porém, o inverso não é válido para o paciente, o qual, ao optar pelo atendimento a distância, compromete-se em receber os cuidados apenas por esse meio.
- (D) Iniciado o seguimento de um paciente acometido de doença crônica por meio da telemedicina, haverá a necessidade de uma consulta presencial em até 60 dias.
- (E) O médico só pode iniciar atendimentos por via remota após dois anos da colação de grau e com registro de qualificação de especialista (RQE).

QUESTÃO 45

Gabriela é médica e foi chamada à administração para justificar intubação em paciente atendido no departamento de emergência sem autorização deste ou dos seus familiares. Em sua defesa, a médica relatou acerca da gravidade do paciente no momento do atendimento e do risco de desfecho desfavorável.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção que apresenta o artigo do Código de Ética Médica no qual Gabriela está embasada.

- (A) tratar o ser humano sem civilidade ou consideração, desrespeitar sua dignidade ou discriminá-lo de qualquer forma ou sob qualquer pretexto
- (B) deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre a sua pessoa ou o seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo
- (C) deixar de obter consentimento do paciente ou de seu representante legal após esclarecê-lo sobre o procedimento a ser realizado, salvo em caso de risco iminente de morte
- (D) desrespeitar a integridade física e mental do paciente ou utilizar-se de meio que possa alterar a sua personalidade ou a sua consciência em investigação policial ou de qualquer outra natureza
- (E) renunciar à sua liberdade profissional, nem permitir quaisquer restrições ou imposições ao seu trabalho

QUESTÃO 46

Tamara é médica ginecologista e estava atendendo uma adolescente de 16 anos de idade. Ela foi informada de uma situação de violência familiar.

Com base nessa situação hipotética e considerando o Código de Ética Médica e os direitos do adolescente, assinale a opção que apresenta corretamente a conduta a ser tomada.

- (A) encerrar o atendimento imediatamente, orientando a adolescente a buscar ajuda com outro profissional
- (B) garantir sigilo absoluto sobre todas as informações fornecidas pela adolescente
- (C) informar os pais ou responsáveis sobre o relato da adolescente, sem a comunicação prévia a ela
- (D) solicitar que a adolescente retorne acompanhada de um responsável legal antes de prosseguir com o atendimento
- (E) comunicar a situação ao conselho tutelar ou a outra autoridade competente, preservando a segurança da adolescente.

QUESTÃO 47

Um conselheiro do Conselho Regional de Medicina foi nomeado para sindicância de processo ético-profissional a respeito de não conformidade sobre a emissão de atestado médico.

Com base nessa situação hipotética e considerando a normatização de emissão de atestados médicos, é correto afirmar que

- (A) não é obrigatória, aos médicos, a exigência de prova de identidade aos interessados na obtenção de atestados de qualquer natureza envolvendo assuntos de saúde ou doença.
- (B) deverá o médico, ao fornecer o atestado, registrar em ficha própria e(ou) prontuário médico apenas os tratamentos realizados, de maneira que possa atender às pesquisas de informações dos médicos peritos das empresas ou dos órgãos públicos da Previdência Social e da justiça.
- (C) o atestado médico goza de presunção de veracidade, devendo ser acatado por quem de direito, salvo se houver divergência de entendimento por médico da instituição ou perito.
- (D) os médicos somente podem fornecer atestados com o diagnóstico, codificado ou não, quando por justa causa, exercício de dever legal, solicitação do próprio paciente ou do seu acompanhante.
- (E) a colocação de data e local de atendimento no atestado não é obrigatória, mas deverá estar registrada em ficha clínica ou prontuário.

QUESTÃO 48

Em relação às competências do departamento de fiscalização do CFM, assinale a opção correta.

- (A) Atua na fiscalização das ações de saúde pública e segurança sanitária.
- (B) Fiscaliza o exercício da medicina, incluindo as condições de trabalho e o cumprimento do Código de Ética Médica.
- (C) Supervisiona a conduta ética dos profissionais da saúde e das entidades de ensino médico.
- (D) É responsável pela fiscalização do exercício da medicina e pelo controle de produtos médicos importados.
- (E) Realiza auditorias financeiras nos CRMs.

QUESTÃO 49

O SUS foi regulamentado pela Lei nº 8.080/1990, conhecida como Lei Orgânica da Saúde. Essa legislação estabelece os princípios e diretrizes para a organização do SUS, garantindo a universalidade, a integralidade e a equidade no acesso à saúde no Brasil. Com base nessas informações, assinale a opção correta, acerca dessa Lei.

- (A) A regionalização e a hierarquização do SUS estabelecem que os serviços de saúde devem ser organizados de forma descentralizada, cabendo exclusivamente aos municípios a definição da rede assistencial, sem a necessidade de pactuação com os demais entes federativos.
- (B) Os princípios da integridade deve ser garantido, independentemente da capacidade operacional dos serviços de saúde, assegurando a todos os cidadãos a realização de quaisquer procedimentos diagnósticos e terapêuticos, sem restrições técnicas ou financeiras.
- (C) A participação da iniciativa privada no SUS ocorre de forma complementar, quando os serviços públicos forem insuficientes, sendo vedada a celebração de contratos ou convênios com entidades privadas que tenham fins lucrativos.
- (D) A atenção básica à saúde no SUS deve ser organizada por meio de ações articuladas entre promoção, proteção e recuperação da saúde, considerando fatores sociais, ambientais e epidemiológicos que influenciam o processo saúde doença.
- (E) As ações de vigilância epidemiológica e sanitária são de responsabilidade exclusiva da União, cabendo aos estados e municípios apenas a execução de serviços assistenciais.

QUESTÃO 50

O Código de Ética Médica impõe o sigilo das informações do paciente, mas há exceções em situações de violência. A legislação reforça a notificação compulsória nos casos de violência sexual, maus-tratos contra menor de idade ou incapaz, visando proteger a vítima e envolver instâncias legais. Considerando essas informações, assinale a opção correta, acerca da obrigatoriedade de notificação em casos de violência.

- (A) A comunicação às autoridades deve ser feita exclusivamente pelo médico responsável pelo atendimento, sem envolver outros profissionais de saúde.
- (B) A notificação compulsória é obrigatória em casos de violência contra crianças, adolescentes e idosos, mesmo sem o consentimento da vítima ou dos seus responsáveis.
- (C) Em casos de violência contra adultos conscientes, a notificação compulsória depende do consentimento do paciente, mesmo que a situação esteja prevista como obrigatória por Lei.
- (D) A notificação compulsória deve ser realizada apenas com autorização judicial, mesmo em casos previstos em lei, como violência sexual ou maus-tratos.
- (E) Nos casos de violência contra a pessoa idosa, a notificação não é compulsória.

**RASCUNHO**

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) é uma política do Sistema Único de Saúde (SUS) que estabelece diretrizes e objetivos para a atenção básica à saúde no Brasil. Ela visa garantir o acesso universal, integral e equitativo aos serviços de saúde, com foco na promoção, prevenção, tratamento e reabilitação da população. A PNAB é considerada a principal porta de entrada para o SUS e um centro de comunicação com toda a rede de atenção à saúde.

Portaria MS nº 2.436/2017.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Diretrizes da política nacional de atenção básica

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) apontamento das oito diretrizes na Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) e o detalhamento de duas dessas diretrizes previstas nessa política;
- b) descrição de três atribuições específicas do profissional médico, de acordo com Política Nacional de Atenção Básica (PNAB); e
- c) explanação da estratégia prioritária para a expansão e para a consolidação da atenção básica.